

HISTÓRIA DO DIREITO

Karl Loewenstein no Brasil de Vargas: O Olhar de um Jurista Judeu-Alemão Sobre o Estado Novo

*Karl Loewenstein in Vargas' Brazil:
A German-Jewish jurist's look at the Estado Novo*

Luis Rosenfield¹

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). ORCID: 0000-0003-4669-6835.

RESUMO

O presente artigo busca reconstruir os elementos centrais da viagem de Karl Loewenstein à América Latina, com especial atenção à sua experiência no Brasil do Estado Novo. O intuito é descortinar elementos até então inéditos da viagem que Loewenstein fez à América do Sul entre fevereiro e agosto de 1941, através da qual publicou seu livro clássico *Brazil under Vargas* (1942). A fonte utilizada para a análise é a coleção *The Karl Loewenstein Papers*, material de grande relevância documental até então inédito no debate historiográfico brasileiro.

Palavras-chave: Karl Loewenstein, Brasil sob Vargas, Estado Novo, Era Vargas, Autoritarismo.

ABSTRACT

This paper seeks to reconstruct the central elements of Karl Loewenstein's trip to Latin America, with special attention to his experience in Brazil under the Estado Novo. The purpose is to uncover previously unpublished elements of Loewenstein's trip to South America between February and August 1941, through which he published his classic book *Brazil under Vargas* (1942). The source used for the analysis is the collection *The Karl Loewenstein Papers*, a material of great documental relevance until then unpublished in the Brazilian historiographical debate.

Keywords: Karl Loewenstein, Brazil under Vargas, New State, Vargas Regime, Authoritarianism.

1. Introdução

O livro de Karl Loewenstein, *Brazil under Vargas*, publicado em 1942 pela editora *MacMillan*, talvez tenha sido a mais apurada descrição de um estrangeiro sobre o Brasil de Vargas no plano do Direito e da Teoria Constitucional. Na obra, Loewenstein, um jurista judeu alemão que nasceu em Munique e emigrou para os Estados Unidos em 1933, foi capaz de delinear certos meandros da vida pública brasileira em um momento de grandes transformações jurídicas, políticas e ideológicas. Sua obra possui importância por várias razões, a primeira delas é que descreve as nuances da comunidade jurídica da época, entra em detalhes políticos preciosos e até hoje serve de consulta quase obrigatória para aqueles interessados em compreender as peculiares engrenagens político-jurídicas do País durante o Estado Novo. Em segundo lugar, *Brazil under Vargas* se insere num esforço pioneiro – de dimensão global – de compreender os caminhos e descaminhos dos sistemas políticos no período do entreguerras, momento de ascensão dos totalitarismos, algo muito caro a Loewenstein, ele próprio um jurista alemão que teve que emigrar para os Estados Unidos, onde desenvolveu exitosa carreira acadêmica.

Apesar da importância dessa obra para a compreensão das tumultuosas décadas de 1930 e 1940 no Brasil, pouco se sabe acerca da relação de Loewenstein com o País e com os juristas brasileiros e há pouco interesse pelos detalhes e as razões de sua longa viagem acadêmica pela América Latina, de forma que fica muito reduzida a repercussão de sua monografia no Brasil. O presente artigo busca responder a essas indagações através da análise crítica dos documentos relativos a sua viagem à América Latina contidos na coleção *The Karl Loewenstein Papers* no Amherst College, responsável pela guarda de extensa documentação que engloba desde sua juventude na Europa até o seu falecimento (1891-1973)², os quais serão confrontados com demais fontes primárias e secundárias. O foco da investigação está centrado, portanto, na riqueza documental das fontes primárias encontradas no arquivo pessoal de Karl Loewenstein – que conta com farto acervo epistolar ativo e passivo, manuscritos inéditos, recibos de viagem, telegramas, recortes de jornais, resenhas especializadas, anotações, etc. –, colocando em evidência esse gênero de documentação para a compreensão da história do direito e das instituições brasileiras (Siqueira, 2021, pp. 37-74). Acredita-se que esse tipo de reconstrução histórica abre novos flancos de investigação e fornece substratos até agora inéditos para que outros pesquisadores interessados no período possam avançar no debate sobre o período. A documentação referente à viagem de Loewenstein à América Latina permanece em grande medida ainda intocada após a organização total da coleção *The Karl Loewenstein Papers* em 2011. Por essa razão, o presente artigo representa uma primeira incursão no tema, sem pretensão de esgotá-lo.

2. O jurista

Desde muito cedo, Loewenstein buscava compreender a ascensão de governos autoritários e totalitários – que ele chamava inicialmente de “autocracias” –, primeiro perseguindo o conceito de “cesarismo” e, mais tarde, desdobrando tais conceitos em pesquisas empíricas

2 A coleção *The Karl Loewenstein Papers* pertence ao arquivo especial do *Amherst College* (Massachusetts, Estados Unidos) e abrange todos os períodos da vida do autor, contando com mais de uma centena de caixas que servem de chave de acesso a diferentes momentos da vida pública, intelectual e política de Loewenstein na Alemanha, nos Estados Unidos, no Brasil e em outros países que Loewenstein teve contato durante sua profícua trajetória. Maiores detalhes sobre esse importante acervo, ainda largamente intocado por pesquisadores da América do Sul, podem ser encontrados em: <<https://archivesspace.amherst.edu/repositories/2/resources/202>>

que levaram a sua precisa abordagem e análise do sistema hitlerista (Loewenstein, 1935, pp. 571-593; Loewenstein, 1936, pp. 779-815). O livro que lhe trouxe reconhecimento e teve ampla repercussão nos Estados Unidos, *Hitler's Germany: The Nazi Background to War*, foi publicado neste país em 1939, e nele Loewenstein faz uma explanação sintética e técnica, direcionada ao leitor norte-americano, sobre a situação da Alemanha sob o jugo de Hitler. Trata-se de uma obra que se popularizou como um manual que explicava a conjuntura política alemã da década de 1930, louvada pela crítica, através da qual Loewenstein começou a se estabelecer como figura de destaque no debate norte-americano (KLP, B16, F22, 1939-1941). Sua apurada visão crítica sobre os processos de conformação e conquista do poder por parte dos nazistas se assemelha àquelas de outros clássicos mais citados e cultuados atualmente, como o texto clássico de Franz Neumann, publicado em 1942, *Behemoth: the Structure and Practice of National Socialism, 1933-1944* (Neumann, 2009), ou a obra escrita no calor dos acontecimentos na própria Alemanha de Ernst Fraenkel, publicada em 1941, *Dual State: a contribution to the theory of dictatorship* (Fraenkel, 2016).

Nascido em 1891, Karl Loewenstein era oriundo de uma influente família de judeus bávaros assimilados. Conduziu seus estudos universitários entre as cidades de Munique, Heidelberg, Paris e Berlim, e começou já como estudante a aprofundar seus conhecimentos em história, sociologia e direito. Sempre teve predileção pelas instituições políticas do mundo anglo-saxão e pelo caráter democrático da construção jurídico-política da Inglaterra e dos Estados Unidos, para onde viajou com frequência nos seus anos de formação. Seus estudos de pós-graduação foram interrompidos momentaneamente quando teve que lutar na Primeira Guerra Mundial, mas ainda assim sempre manteve empenho para se dedicar ao estudo do direito e de história moderna e se tornou advogado em 1918. Exerceu a advocacia durante vários anos, enquanto apostava na carreira acadêmica em paralelo, mirando conquistar uma posição de estabilidade em alguma universidade alemã, o que acabou não se concretizando. Apenas em 1931, com cerca de quarenta anos de idade, alcançou um cargo temporário de *lectureship* na Faculdade de Direito da Universidade de Munique, mas essa experiência não lhe rendeu frutos em virtude da chegada do Partido Nazista ao poder em 1933.

A ascendência judaica e as predileções de Loewenstein pelo liberalismo político foram razões suficientes para ele logo escolher passar cerca de dois anos na Universidade de Yale como professor visitante associado, assumindo então outra *lectureship* temporária, agora longe do nazismo, entre 1934 e 1936 (Kostal, 2011, pp. 3-10). Na sua juventude, conviveu com Max Weber e atendeu aos famosos salões de Weber junto de um grupo de intelectuais heterogêneos que mais tarde teriam grande impacto na vida pública alemã, como Karl Jaspers, Theodor Heuss e Georg Lukács (Loewenstein, 1966, pp. 92-104). Loewenstein é geralmente lembrado no Brasil e na América Latina como um teórico da constituição, reconhecido pela sua célebre tipologia das constituições, especialmente pela ampla recepção de sua obra magna, *Political power and the governmental process* (1956), que circulou muito no Brasil principalmente a partir de sua versão traduzida para o espanhol, sob o título de *Teoría de la Constitución* (1964), que consiste em minucioso estudo comparativo de grande profundidade e relevância.

Durante o processo de desnazificação da Alemanha, Loewenstein foi um dos intelectuais alemães no exílio que propôs medidas para a reconstrução social e política do País enquanto trabalhava para o *War Department* norte-americano entre 1948 e 1950 na figura de Especialista e Consultor Visitante para a Divisão Administrativa Civil do Governo Militar dos Estados Unidos para a Alemanha (KLP, B32, F34, 1955). A partir de abril de 1946, Loewenstein passou a se dedicar a elaborar um plano ousado e profundo de desnazificação do ensino jurídico das

faculdades de direito da Bavária, prestando especial atenção na Faculdade de Direito da Universidade de Munique, sua *alma mater* na qual servira como docente; contudo, sua avaliação crítica encontrou ouvidos moucos e teve pouco efeito sobre seus dirigentes, preocupados com outras questões mais prementes (Kostal, 2011, pp. 42-44). Antes disso, já havia trabalhado para o governo dos Estados Unidos como Assistente Especial do Advogado Geral (1942-1944) e como Consultor da Divisão Jurídica do Governo Militar dos Estados Unidos para a Alemanha (1945-1946) (KLP, B32, F34, 1955).

Não por acaso, Loewenstein foi descrito como um “pensador transatlântico da política” e, de fato, seu legado intelectual é considerado como uma das grandes contribuições para o pensamento político e constitucional do século XX (Lang, 2007). Sua visão de uma “democracia militante” – que mescla os princípios do liberalismo político com uma atitude combativa e agressiva, inclusive repressora, em direção aos extremismos políticos –, ainda hoje tem validade e atualidade e merece ser estudada em pormenor diante da radicalização política que dezenas de países no mundo de novo enfrentam nos últimos tempos, pouco mais de cem anos após a promulgação da Constituição de Weimar (Loewenstein, 1946, pp. 126-128).

Apesar da relevância e do renome de que Loewenstein goza hoje, a consulta ao seu arquivo pessoal revela uma existência relativamente difícil durante a década de 1930. Acolhido pelo *Amherst College* desde 1936, um centro acadêmico excelente, embora voltado para a formação de *undergraduates* (graduação), Loewenstein teve, assim como outros exilados entre seus conterrâneos, que recomeçar sua carreira quase do zero e estabelecer novos planejamentos para conquistar certo grau de sucesso. Apesar de ter sempre expressado seu amor e gratidão pela acolhida na pequena cidade de Amherst, no interior do Massachusetts, e ter lá se aposentado em 1972 depois de décadas de dedicação à vida acadêmica, sua correspondência está repleta do desejo de se transferir para os maiores centros universitários norte-americanos, preferencialmente para alguma faculdade de direito tradicional com um importante programa de pós-graduação (Kostal, 2011, 7-8). Nas décadas de 1930 e 1940, sua correspondência está marcada por constantes frustrações de índole financeira. No recorte de sua viagem à América Latina, por exemplo, sua correspondência com seu editor, James Putnam, da *MacMillan*, está permeada por sutis menções de dificuldades materiais e por pedidos de adiantamento pelas vendas futuras de seus livros (KLP, B29, F5, 1942).

3. A viagem

A viagem à América Latina somente se viabilizou em 16 de março de 1939, com a concessão de uma bolsa de pesquisa da John Simon Guggenheim Memorial Foundation, no valor de mil e quinhentos dólares. Inicialmente, a ementa do projeto submetido à Fundação Guggenheim estava formulada da seguinte forma: “*Project: The writing of a treatise on the relationship of constitutional jurisprudence and government in modern dictatorships, from the viewpoint of a constitutional lawyer*”. A perspectiva analítica, portanto, era a relação de tensionamento extremo entre a política governamental e o direito e a jurisprudência constitucional, tema este ao qual ele dedicaria boa parte de sua vida intelectual (KLP, B32, F32, 1939). Loewenstein identificou desde muito cedo um aspecto fundamental que precisava ser estudado no funcionamento das ditaduras do século XX: a diferenciação entre autoritarismos e totalitarismos. Em sua correspondência com representantes da Fundação Guggenheim, demonstrava preocupação com a pouca atenção dada à base jurídica das técnicas governamentais das autocracias. Nas suas palavras:

Por muito que tenha sido publicado, neste país e na Europa, sobre os múltiplos aspectos do estado ditatorial, sobre sua ideologia e instituições políticas, há comparativamente pouco disponível sobre a base legal real das técnicas governamentais em autocracias. No entanto, pelo menos em suas operações cotidianas que afetam diretamente os cidadãos comuns, o governo ditatorial está firmemente enraizado em conceitos claros de direito público. As autocracias funcionam sob normas legais que, apesar de seu contraste básico com o governo constitucional, não deixam de ser uma lei positiva e, como tal, objetos de uma elaborada jurisprudência constitucional emanada das decisões dos tribunais e da interpretação dogmática dos juristas (KLP, B32, F32, 1939-1940)³.

Ou seja, Loewenstein atentava para o significado do uso de termos, conceitos e instituições do Estado de Direito nos regimes autoritários e totalitários, ainda que isso frequentemente viesse como uma perversão de um genuíno regime de *rule of law*. É dentro dessa tensão conceitual, entre autoritarismo, totalitarismo e constitucionalismo, que estava centrada a sua pesquisa, pois não percebia que o uso do direito público e do direito constitucional nas ditaduras europeias e latino-americanas fosse apenas uma excrescência ou uma aberração, mas algo estrutural que por tal razão deveria ser estudado em detalhe. No caso dos países da América do Sul, com forte tradição bacharelesca, esse fenômeno merecia ainda mais atenção:

O que parece para muitos dentro e fora dos países ditatoriais meramente como uma excrescência da vontade oportunista e arbitrária de um homem ou do grupo obsequioso de seus associados, tornou-se sistematizado e organizado de tal forma que um padrão integrado de direito constitucional e jurisprudência em autocracias se destaca em contraste definitivo com o direito constitucional e a jurisprudência do tipo Estado de Direito racional. Embora criadas inicialmente para a finalidade ocasional de tomar o poder político, as técnicas do governo autocrático assumiram as formas do direito, – isto é, um sistema de regras para a ordem e o controle social. Por mais arbitrário que possa parecer, o governo ditatorial já está legalizado e, como lei, presta serviço para os fins próprios do direito (KLP, B32, F32, 1939-1940).

Loewenstein e sua família zarparam rumo ao Brasil de Nova Orleans em 7 de fevereiro de 1941 no *Del Brasil*. No final de fevereiro de 1941 chegaram no Rio de Janeiro com a previsão de ficar por quatro semanas, que acabaram se estendendo para cerca de dez semanas, portanto até meados de maio do mesmo ano. Ao desembarcar com sua esposa em 22 de fevereiro de 1941, Loewenstein teria então declarado para jornal carioca diário *O Imparcial* que a ideia de “uma ‘democracia disciplinada’ está superando, mesmo nos Estado Unidos, os velhos sistemas liberais”; em seguida o autor foi descrito como “uma das maiores sumidades em termos de ciência política e direito constitucional”. Depois de ter sido recebido por Themístocles da Graça Aranha, chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, Loewenstein estendeu sua viagem, como previsto, também para Uruguai, Argentina, Chile e Peru (o Paraguai era citado como possível destino, mas a documentação indica que essa vontade não se concretizou). Verificou-se que, dentre as grandes cidades brasileiras, Loewenstein visitou e estabeleceu contatos intelectuais e políticos em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro e em São Paulo (KLP, B32, F32, 1941). Após a viagem à América do Sul, no transcorrer da década de 1940 Loewenstein faria sucessivas avaliações sobre o combate a atividades subversivas na Argentina e no Uruguai como Diretor de Legislação no Comitê de Emergência para Defesa Política em Montevideu entre 1944 e 1945 (KLP, B32, F34, 1935-1947).

3 Todas as traduções da língua inglesa para a portuguesa foram vertidas livremente pelo autor.

Durante os preparativos de viagem para a América do Sul, Loewenstein recebeu de Edwin Borchard, Professor de Direito na Universidade de Yale, referências de juristas do Peru, do Chile, da Argentina e do Brasil. A única menção de contato no Rio de Janeiro foi a de Rodrigo Octávio, ministro do Supremo Tribunal Federal entre 1929 e 1934, descrito por Borchard como especialista no tema do conflito de leis e como um homem de grande conhecimento e extremamente cordial, ainda que estivesse com mais de setenta anos de idade à época e um pouco doente (KLP, B44, F20, 1940). Loewenstein havia também pedido ao Departamento de Estado que fossem enviadas cartas de introdução às missões diplomáticas dos Estados Unidos na Argentina, no Brasil, no Chile, no Peru e no Uruguai. Entretanto, o Departamento de Estado em Washington se negou a fornecer quaisquer cartas de introdução a Loewenstein na América Latina em virtude do estado de emergência decretado, razão pela qual seus funcionários se encontravam proibidos de recomendar quaisquer pessoas para seus representantes no exterior durante a guerra (KLP, B32, F32, 1941).

No arquivo pessoal de Loewenstein foram encontradas duas fichas datilografadas com informações indicando cinco potenciais personalidades do mundo do Direito brasileiro que ele poderia entrar em contato em São Paulo, todos eles ligados à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Pelo que se verifica desse documento, aparentemente as indicações vieram de Mariano de Oliveira Wendel, que havia sido Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo em 1938 (não resta absolutamente claro no documento mencionado se Mariano de Oliveira era ele mesmo indicado como pessoa com a qual Loewenstein poderia travar contato ou se ele apenas assinava o documento indicando os professores de direito). Dois nomes são citados como simpatizantes ou apoiadores do sistema ditatorial estado-novista: Ataliba Nogueira, professor de Direito Constitucional, é descrito como “favorável ao presente regime” do Estado Novo, assim como Cândido Motta Filho, professor de Ciência Política, cuja anotação referia ser apoiador do regime mas “não-totalitário”, muito provavelmente aludindo que sua simpatia pública ao Integralismo não se traduzia pelo apoio a projetos totalitários (KLP, B32, F32, 1941).

A segunda folha contém três nomes de professores de Direito da oposição paulista, Mário Masagão, que se encontrava em atividade na USP, e outros dois nomes que haviam sido aposentados por força do artigo 177 da Constituição de 1937, Waldemar Martins Ferreira e Antônio Sampaio Doria, que haviam sido afastados de suas cátedras em janeiro de 1939 e readmitidos em maio de 1941. No caso de Martins Ferreira, este foi descrito como “antigo líder do Partido Constitucionalista no Congresso Nacional” e “muito liberal”, enquanto Sampaio Doria é citado apenas como “oposição”. Uma última indicação aparece escrita à mão, o nome e o endereço em São Paulo do processualista judeu italiano radicado no Brasil, Túllio Ascarelli, que entre 1941 e 1946 lecionou na Universidade de São Paulo (KLP, B32, F32, 1941).

Já em São Paulo, Loewenstein efetivamente escreveu uma respeitosa carta a Sampaio Doria querendo marcar um encontro. Apesar de não ser possível afirmar com certeza que Loewenstein se reuniu com todos esses professores, é provável que sim, visto que ele cita em suas cartas que seus encontros para reunir informações acadêmicas, jurídicas e institucionais foram extremamente exitosos no Brasil, diferentemente da experiência na Argentina, por exemplo, onde sequer conseguiu se encontrar com argentinos vinculados à Fundação Guggenheim. Apesar de não ser citado nominalmente em *Brazil under Vargas*, alguns detalhes importantes da vida acadêmica brasileira, especialmente da Universidade de São Paulo, são citadas informações que apenas alguém com trânsito interno poderia fornecer. Embora não nominalmente, Sampaio Doria é a pessoa à qual Loewenstein se refere em *Brazil under Vargas* no seguinte trecho:

Dois casos, porém, que indicam pressão governamental por razões políticas vieram ao conhecimento deste escritor, o que não implica que não houvesse mais. O governo suspendeu os serviços de um professor de ciências políticas com uma educação americana, sob uma nomeação temporária em São Paulo, alegadamente porque alguns dos estudantes abriram exceção às severas críticas às instituições brasileiras (Loewenstein, 1942, pp. 296-297).

Miguel Reale chamou a atenção para o fato de que tal referência tratava de Sampaio Doria nos comentários de seu exemplar, anotando ao lado “Caso Sampaio Doria”. A edição anotada de Reale permite diferentes leituras sobre a recepção da obra de Loewenstein que não serão dissecadas no momento por limitações de espaço. Contudo, uma outra nota de Reale revela um elemento interessante para se compreender o grau de êxito com que Loewenstein se relacionou com a comunidade jurídica brasileira, especificamente a paulista. Na página em que Loewenstein relata com detalhes os meandros políticos do concurso que levou Miguel Reale a entrar na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o próprio Miguel Reale destacou à margem do texto que Loewenstein era “Bem informado...”, especialmente no trecho específico em que Loewenstein referia que o Governo de São Paulo e o próprio Getúlio Vargas haviam exercido pressão para que saísse, finalmente, sua nomeação como professor nesse tradicional bastião liberal:

O outro caso é o do Doutor Miguel Reale. Um sociólogo de boa reputação tolerável em sua área, ele havia ganhado o difícil concurso para a cadeira de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito de São Paulo por uma maioria de três a dois. Mas a congregação dos professores titulares, que propõe a nomeação ao Interventor, o rejeitou sem um único voto dissidente, em parte porque ele não havia se qualificado, por seus escritos, para aquela cadeira em particular, em parte porque, como ex-líder Integralista e ardente defensor das ideologias fascistas, ele parecia mal preparado para se juntar à Escola de Direito predominantemente antitotalitária e pró-democrática de São Paulo, ainda o baluarte do liberalismo. Tanto o governo de São Paulo quanto, como se dizia, o próprio Vargas exerceram pressão para obter sua nomeação final. O caso foi uma cause célebre em São Paulo e atesta a adesão dos principais intelectuais às suas liberdades tradicionais (Loewenstein, 1942, pp. 296-297).

Loewenstein referiu, em carta de 5 de julho de 1941, enviada desde Bariloche, no extremo sul da Argentina, para Hery Allen Moe, da Fundação Guggenheim que tinha tido a melhor experiência no Brasil, reunindo-se com jornalistas, juristas, ministros de Estado, interventores e secretários estaduais em São Paulo, Minas Gerais e no Rio de Janeiro (KLP, B32, F32, 1941). Themístocles da Graça Aranha, do Itamaraty, enviou cartas de recomendação para Loewenstein ao Interventor Federal no Estado de São Paulo, Adhemar de Barros, e ao respectivo Secretário de Educação e Saúde, Mário Guimarães de Barros Lins, e intermediou uma reunião com o então Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha (KLP, B44, F22, 1941).

A percepção central de Loewenstein, ao final de sua estada, era que o povo brasileiro era firmemente democrático e que Vargas, apesar de seu pendor autoritário, havia feito um ótimo trabalho para seu país, principalmente por ter atacado os extremos do espectro ideológico com vigor, no caso os integralistas e os comunistas. Outra ajuda preciosa que recebeu no Brasil foi através de encontro com o Cônsul Geral em São Paulo, Carol Foster. Loewenstein relatou aos patrocinadores da viagem que havia sido convidado a proferir palestra sobre o controle de movimentos subversivos na Universidade de Córdoba, uma das maiores cidades argentinas, oportunidade vista com alegria pelo jurista alemão, que destacou que a instituição era a segunda

mais antiga do continente (KLP, B32, F32, 1941). A visão sobre a conjuntura política argentina contrastava com a análise feita sobre o Brasil, colocando tintas um pouco mais sombrias sobre Buenos Aires do que sobre o Rio de Janeiro:

Na Argentina, encontrei uma situação muito conturbada. O movimento nazista é ousado e forte e secretamente encorajado pelos grandes proprietários de terras e suas receitas. O próprio Castilho, o presidente interino – Ortiz é até incapaz de exercer suas funções, – ainda que provavelmente não um fascista é um tépido para a democracia como era, em um paralelo curioso e ameaçador, Brüning sob a República de Weimar alemã. Dei uma entrevista ao La Prensa na qual, a pedido do editor-chefe, Dr. Lucque, incorporei todas as propostas para um controle efetivo dos nazistas. Esta entrevista foi amplamente impressa na Argentina e no Uruguai e a raiva dos nazistas e dos comunistas que me atacaram violentamente testemunha o fato de que os pontos foram bem conduzidos para casa. O governo até me pediu para colaborar na elaboração do novo estatuto, mas eu recusei educadamente porque um estrangeiro não tem título para interferir com a política de um país no qual ele desfruta da hospitalidade.

Tenho a impressão geral de que as pessoas em todos os países que visitei são democráticas até os ossos, que os nazistas se organizaram e seus apoiadores nativos para “O Dia” e que o destino de todos esses estados depende do resultado da guerra. Se Hitler vencer, será apenas uma questão de meses ou talvez até mesmo de dias até que estas terras sejam entregues aos nazistas. Na Argentina, mesmo agora, o cheiro é distinto de um *putsch* e o Comitê Parlamentar de Investigação agora em sessão não será capaz de expor a participação de generais líderes e funcionários do governo em movimentos subversivos que são um segredo aberto a todos que olham para trás da cena (KLP, B32, F32, 1941).

Em maio, ao final de sua viagem propriamente acadêmica, Loewenstein visitou junto de sua mulher Belo Horizonte, Congonhas do Campo, Sabará e Ouro Preto, segundo registrou a *Folha de Minas* em 5 de maio de 1941, com o intuito principalmente de conhecer as obras de Aleijadinho. Na capital mineira, proferiu palestra na Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais e foi recebido por Christiano Machado, então secretário da pasta no governo de Benedito Valadares (KLP, B44, F19, 1941). Loewenstein e sua esposa voltaram para Amherst em agosto de 1941.

4. A censura

Assim como em *Hitler's Germany*, em que a crítica saudou a pertinência da obra para a compreensão de uma cultura que se encontrava em grande transformação, *Brazil under Vargas* foi uma obra de fôlego bem recebida, salvo em críticas pontuais, pela crítica norte-americana em sucessivas resenhas elogiosas, tanto nos jornais quanto em periódicos acadêmicos (Alves & Oliveira, 2021, pp. 43-77). Seu estudo detalhado sobre a estrutura jurídico-política do Brasil foi uma peça importante na aproximação do País com os Aliados. A ditadura do Estado Novo foi descrita com algum grau de “simpatia” (Pinto, 2021, pp. 102), tentando demonstrar que o Brasil era, de fato, um sistema autoritário – mas que não havia um pendor em direção aos totalitarismos fascistas –, algo que para Loewenstein era atestado pelo fato de Vargas ter arquitetado a repressão contra os comunistas e, mais tarde, contra a AIB. Ou seja, *Brazil under Vargas* é uma obra marcada por essa ambivalência, e por vezes foi vista como excessivamente simpática a um regime que contava com uma equipada polícia política, com a prática de tortura, leis de segurança nacional e outros instrumentos de repressão.

Nesse ponto, o próprio Loewenstein compreendeu bem a posição delicada em que se encontrava, como se percebe da troca epistolar com Frank Tannenbaum, um reconhecido historiador austro-americano da Universidade de Columbia, o qual havia publicado resenha sobre *Brazil under Vargas*:

Talvez lhe interesse que Vargas, após alguns meses de hesitação, tenha finalmente proibido a venda e a discussão pública do livro no Brasil. De acordo com uma carta que recebi de Walter Winchell, o governo se ressentiu de minhas críticas. Como os críticos liberais deste país me reprovaram por ser muito amigável com o regime brasileiro, há um forte indício de que, ao ofender tanto a esquerda como a direita, conduzi o caminho da objetividade no meio. Considerando a situação, eu não me considero “entusiasta” de Vargas. Dar ao diabo o que lhe é devido não significa, é claro, que você goste dele. Mas o homem que se mantém no poder por mais de uma vintena de anos nestes tempos de convulsão deve ter qualidades positivas de estadista, e é esta conquista que um repórter objetivo sobre o Brasil estava obrigado a registrar. Pessoalmente não sou dado ao culto ao herói, e meus amigos brasileiros, bem versados na arte essencial da leitura das entrelinhas, não deixaram de notar o tom irônico que acompanhou meus elogios (KLP, B29, F13, 1943).

Uma das críticas de Frank Tannenbaum era que Loewenstein não desenvolveu o conceito de caudilhismo (ou coronelismo, caso se prefira uma terminologia adaptada ao ambiente brasileiro), estranhando a opção de Loewenstein de não referir uma construção sócio-política de grande importância no contexto latino-americano. A resposta de Loewenstein, em carta datada de 11 de setembro de 1943, consistia na avaliação de que Vargas havia tolhido o poder das oligarquias regionais ao subordiná-las aos interventores do poder central e que portanto o poder dos caudilhos estava fadado a desaparecer sob o jugo do Estado Novo:

Parecia-me que Vargas não é apenas um dos caudilhos típicos da América Latina. O Brasil está mais orientado para a Europa do que qualquer outro país latino-americano. Sua técnica de governo e administração é altamente legalista. As Constituições de 1934 e 1937 foram deliberadamente padronizadas nos precedentes europeus, particularmente as Constituições polonesa e irlandesa. Além disso, o que existe de arbitrariedade no Brasil é legalisticamente camuflado, exatamente como é feito por ditaduras europeias com maior auto-respeito. Por esta razão, as características essenciais do meu livro foram demonstrar que a culpa é, naturalmente, do autor. Mas teria dado uma orientação totalmente errada ao meu livro se eu o tivesse amarrado à forma habitual de ditadura na América Latina, com a qual ele tem pouco em comum. Vários revisores concordam comigo nesse ponto, enquanto sua opinião é compartilhada pelo professor Wilgus (KLP, B29, F13, 1943).

A proibição de venda e de discussão pública do livro demonstrava que o governo se ressentia das numerosas críticas – ainda que sutis – elaboradas pelo autor. Mesmo que muitos trechos da obra tenham sido simpáticos ao projeto varguista, o jurista alemão realizou uma leitura dura sobre a realidade brasileira em diversas passagens, tanto explicitamente quanto nas entrelinhas. Na carta se percebe que Loewenstein procurou não construir uma crítica demasiadamente severa e tampouco aparentar como se fosse apenas um “entusiasta” de Getúlio Vargas. O resultado foi que alguns críticos, como o economista J. F. Normano, especialista em história econômica da América Latina, considerou a obra como meramente apologética de uma ditadura (Normano, 1943, pp. 322). Ou seja, apesar de muitas avaliações positivas, Loewenstein acabou desagradando tanto o *establishment* do Estado Novo pelas suas críticas quanto a críticos que o acusaram de ser condescendente com a ditadura estado-novista.

Em virtude da censura, a obra circulou pouco no Brasil. Em mais de uma correspondência entre Loewenstein e seu editor, verifica-se muita frustração com o fato de a obra ter sido banida no Brasil e que a cada tentativa de envio de exemplares para o Rio de Janeiro as obras eram confiscadas pela censura. Inicialmente, Loewenstein acreditava, no final de 1942, que não haveria empecilhos do governo brasileiro na importação de exemplares da obra ao País, referindo inclusive que havia enviado um amigo à Embaixada Brasileira em Washington para descobrir qual fora a repercussão da obra entre a elite brasileira.

Em breve carta datada de 24 de fevereiro de 1943, Walter Winchell, importante e bem relacionado jornalista do tablóide *New York Mirror*, confidenciou em resposta a uma carta de Loewenstein que houveram reclamações sobre seu livro, *Brazil under Vargas*, por parte de “homens próximos de Vargas”. Infelizmente, não se está de posse da correspondência ativa de Loewenstein a qual Winchell fez referência, e Winchell tampouco elaborou a sua afirmação, apenas aludindo categoricamente: *the complaints came from men close do Vargas*. Na mesma carta, Winchell aludiu que passou uma semana em Washington, então é possível especular que ele possa ter extraído essa informação na Capital norte-americana através de seus canais brasileiros, possivelmente através de contatos com a própria Embaixada do Brasil (KLP, B29, F13, 1943).

A verdade é que Loewenstein possivelmente nunca tenha descoberto o porquê de sua obra ter sido censurada e quem tenham sido os responsáveis por isso. Quase dois anos após a publicação de *Brazil under Vargas*, seu amigo brasileiro J. H. Meirelles Teixeira lhe enviou carta datada de 27 de junho de 1944 – correspondência esta que consta como “Aberta pela Censura” no envelope –, referindo que não havia tomado conhecimento de qualquer apreciação de *Brazil under Vargas* em jornais ou revistas brasileiras, o que não deixa de ser sintomático que quase dois após a publicação da obra os meios intelectuais brasileiros tivessem praticamente silenciado sobre uma obra tão importante para a imagem nacional no exterior. Na mesma troca epistolar, Meirelles Teixeira agradecia à crítica elogiosa publicada por Loewenstein na *Harvard Law Review* sobre trabalho seu, muito provavelmente a obra *Revisão das tarifas do serviço telefônico*, publicada pelo Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de São Paulo (KLP, B29, F13, 1944).

Quando soube indiretamente da censura da obra, Loewenstein inclusive chegou a repreender com certo grau de irritação os representantes da MacMillan por terem ingenuamente enviado exemplares pelo correio, quando o correto teria sido discretamente entregar o livro para algum viajante norte-americano que fosse visitar o Brasil, de modo a burlar a censura oficial (KLP, F29, B05, 1943). Através do agente literário Franz J. Horsch, um austríaco exilado nos Estados Unidos, tentou-se traduzir a obra para uma publicação dedicada ao público de língua espanhola, possivelmente no México ou na Argentina, sem sucesso, não ficando claro se esse fato se deveu ao desinteresse da MacMillan ou por outras dificuldades. Sabe-se que uma cópia foi entregue com sucesso em Buenos Aires e que o exemplar que seria destinado por Franz Horsch ao seu representante no Rio de Janeiro se extraviou, muito provavelmente em decorrência da censura imposta pelo D.I.P. (KLP, F29, F05, 1943). Era convicção pessoal de Loewenstein que o México era o lugar mais adequado para publicar uma tradução da obra, visto que percebia o país como o centro das traduções para o idioma espanhol (KLP, F29, B05, 1943).

Pelo menos até o começo de 1944 Loewenstein não tinha conhecimento de detalhes sobre o porquê de a obra ter sido censurada e nem de quem havia partido a ordem, apesar de desconfiar naturalmente de Lourival Fontes. É possível que Loewenstein tivesse desconfianças sobre a sua integridade física caso voltasse em algum momento ao Brasil. É o que demonstra sua correspondência com o historiador Hubert Herring, especialista em história da América Latina, que procurou acalmá-lo sobre tal perspectiva:

Lamento não poder jogar mais luz sobre o que aconteceu no Brasil. Estive lá por apenas alguns dias e não aprendi muito. Julgo que os brasileiros, em sua forma caracteristicamente ingênua, simplesmente decidiram que você não os elogiou o suficiente e assim o colocaram na lista negra. Tive a honra de receber o mesmo tratamento. No entanto, não tenho a menor ideia de que eles o incomodariam se você decidisse visitar o Brasil. Já estive lá várias vezes desde que meu [livro] *Bons vizinhos* saiu. Eles não gostam de mim, mas não me expulsaram (KLP, B29, F13, 1944).

De toda forma, apenas no primeiro ano da publicação foram impressos mais de 2.380 exemplares nos Estados Unidos (provavelmente foram impressos mais exemplares, mas a documentação consultada aponta para esse número mínimo), que é um número representativo, e ainda hoje se percebe que a obra conseguiu certa penetração na comunidade jurídica brasileira da época. Mesmo que não conste um exemplar de *Brazil under Vargas* na Coleção Francisco Campos (existe apenas uma obra de Loewenstein, sua *Verfassungslehre*, de 1959), acervo dedicado à parte da biblioteca do jurista mineiro localizado atualmente na Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, pode-se deduzir que Campos leu atentamente a obra, e é possível especular que não tenha gostado de seu conteúdo. Funcionários do Itamaraty intermediaram uma reunião entre Karl Loewenstein e Francisco Campos no Ministério da Justiça, que efetivamente ocorreu em 27 de abril de 1941, mas infelizmente não se conseguiu rastrear elementos para reconstituir o teor desse interessante encontro (KLP, B44, F22, 1941). O único relato da reunião consta na própria obra, quando Loewenstein refere que Campos possuía a maior biblioteca de direito privado do Brasil e que, segundo relato do mesmo, assim que deixasse de exercer cargos públicos iria se dedicar novamente à pesquisa jurídica (Loewenstein, 1942, pp. 88).

Atualmente, verificou-se a existência de ao menos quatro exemplares da obra em acervos brasileiros, um na Coleção Levi Carneiro (contando inclusive com ex-libris de Carneiro) da Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, dois exemplares em diferentes acervos da Biblioteca da USP e uma quarta cópia na biblioteca particular de Miguel Reale (cuja edição se encontra extensamente anotada e comentada a lápis por Reale), atualmente sob guarda do Instituto de Estudos Culturalistas (IEC), na cidade de Canela, Rio Grande do Sul. Em carta datada de 9 de julho de 1945, portanto já no ocaso do Estado Novo, Loewenstein referiu que Haroldo Valladão, à época professor catedrático de direito internacional privado na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, havia comprado vários exemplares da obra apesar de ter achado o livro excessivamente elogioso aos detentores do poder, o que indica que a obra teve alguma circulação entre 1942 e 1945, mesmo sob censura (KLP, B31, F18, 1945).

Na mesma carta, que era endereçada ao amigo Manoel Pio Correa Jr, seu colega no Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa Política do Continente entre 1944 e 1945 em Montevideu, Loewenstein ainda demonstrava certa esperança de traduzir a obra para o português com correções e contando com uma introdução de Corrêa Júnior. Loewenstein lamentou expressamente que seu “amigo” Lourival Fontes – o qual havia dirigido o D.I.P. desde a sua fundação, em 1939, até meados de 1942 – tenha freado qualquer possibilidade de uma edição brasileira de *Brazil under Vargas* quando o livro teria tido mais relevância e atualidade, ou seja, no final de 1942 ou em 1943 (KLP, B31, F18, 1945). Curiosamente, no arquivo pessoal de Karl Loewenstein é possível encontrar um exemplar da Constituição Federal Brasileira de 1967, que muito provavelmente tenha sido enviado por Manoel Pio Corrêa Jr, o qual foi Ministro das Relações Exteriores e Secretário-Geral do Itamaraty na década de 1960.

5. Conclusão

Por fim, uma palavra sobre a nacionalidade de Loewenstein na Era dos Nacionalismos. Loewenstein se naturalizou norte-americano em 1939, portanto pouco menos de dois anos antes de viajar ao Brasil. Durante o transcurso do presente artigo sempre se referiu ao jurista como um judeu-alemão. Contudo, ao se compulsar suas correspondências com maior detalhe, resta claro que ele se identificava também como estadunidense, como pertencendo ao país que lhe deu abrigo quando mais precisou. São fartas as referências a colegas e amigos norte-americanos em que fala do “nosso país” ou “ao nosso esforço de guerra”, entre outras colocações similares. Ou seja, percebe-se que a viagem de Loewenstein tinha muitos componentes, um era o objetivo de se destacar no debate acadêmico norte-americano com um livro de ponta sobre um tema candente de maiores aprofundamentos. Outro era descrever um país enorme e importante, de proporções continentais e muito relevante na geopolítica da Segunda Guerra Mundial, que até então era um grande enigma para os Estados Unidos. Um terceiro componente, e aqui se encerra o trabalho, estava centrado na necessidade intelectual de Loewenstein de compreender a essência dos sistemas político-jurídicos sul-americanos nessa época de ascensão dos autoritarismos e dos totalitarismos, algo de extremo valor para um constitucionalista que sempre teve um pendor muito forte para a ciência política e o direito constitucional comparado.

Referências bibliográficas

- Alves, A. D., & Oliveira, L. G. (2021). A importância da obra *Brazil under Vargas* de Karl Loewenstein e sua recepção nos Estados Unidos da América. In Silva, A. C., & Alves, A. D. (Eds.), *Estudos de história constitucional e direito político* (p. 43-77). Editora Expert.
- Fraenkel, E. (2016). *Dual State: a contribution to the theory of dictatorship*. Oxford University Press.
- Kostal, R. W. (2011). The Alchemy of occupation: Loewenstein and the legal reconstruction of Nazi Germany. *American Society for Legal History*, 29(1), 1-52.
- Lang, M. (2007). *Karl Loewenstein. Transatlantischer Denker der Politik*. Franz Steiner Verlag Stuttgart.
- Loewenstein, K. (1935). Autocracy versus democracy in contemporary Europe, I. *The American Political Science Review*, 22(4), 571-593.
- Loewenstein, K. (1936). Law in the Third Reich. *Yale Law Journal*, 45(5), 779-815.
- Loewenstein, K. (1937). Dictatorship and the German Constitution: 1933-1937. *The University of Chicago Law Review*, 4(4), 537-574.
- Loewenstein, K. (1939). *Hitler's Germany: The Nazi Background to War*. The Macmillan Company.
- Loewenstein, K. (1942). *Brazil under Vargas*. The Macmillan Company.
- Loewenstein, K. (1946). *Political reconstruction*. The Macmillan Company.

- Loewenstein, K. (1959). *Verfassungslehre*. J. C. B. Mohr.
- Loewenstein, K. (1957). *Political power and the governmental process*. The University of Chicago Press.
- Loewenstein, K. (1966). *Max Weber's political ideas in the perspective of our time*. The University of Massachusetts Press.
- Neumann, F. (2009). *Behemoth: the Structure and Practice of National Socialism, 1933-1944*. Ivan R. Dee.
- Normano, J. F. (1943). Brazil Under Vargas. *The Hispanic American Historical Review*, 23(2), pp. 318-322.
- Pinto, A. C. (2021). *A América Latina na Era do Fascismo*. EDIPUCRS.
- Sá, M. R., & Silva, A. F. C. (2016). Citizens of the Third Reich in the tropics: German scientific expeditions to Brazil under the Vargas Regime, 1933-40. In F. Clara & C. Ninhos (Eds.), *Nazi Germany and Southern Europe, 1933-45* (pp. 232-255). Palgrave Macmillan.
- Siqueira, G. S. (2021). *Hans Kelsen no Brasil (1934-1949)*. EDUERJ.
- The Karl Loewenstein Papers. *Curriculum and Grant Application Materials*. Box 32, Folder 34, 1935-1947.
- The Karl Loewenstein Papers. *Hitler's Germany, draft summary*. Box 16, Folder 12, 1937-1939.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Karl Loewenstein to Henry Allen Moe*. Box 32, Folder 32, 08.01.1939.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Karl Loewenstein to Henry Allen Moe*. Box 32, Folder 32, 16.03.1939.
- The Karl Loewenstein Papers. *Guggenheim fellowship grant application materials*. Box 32, Folder 32, 1939-1940.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Edwin Borchard to Karl Loewenstein*. Box, 44, Folder 20, 20.12.1940
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from the Department of State in Washington to Karl Loewenstein*. Box 32, Folder 32, 07.02.1941.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from unidentified Brazilian Ministry of Foreign Relations employee to Karl Loewenstein*. Box 44, Folder 22, 1941.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Themístocles da Graça Aranha to Adhemar de Barros*. Box 44, Folder 22, 18.04.1941.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Themístocles da Graça Aranha to Mario Guimarães de Barros Lins*. Box 44, Folder 22, 18.04.1941.
- The Karl Loewenstein Papers. *Clippings*. Box 44, Folder 19, 05.05.1941.

- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Karl Loewenstein to Henry Allen Moe*. Box 32, Folder 32, 05.07.1941.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Karl Loewenstein to James Putnam*. Box 29, Folder 05, 16.03.1942.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Karl Loewenstein to James Putnam*. Box 29, Folder 05, 03.11.1942.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Karl Loewenstein to James Putnam*. Box 29, Folder 05, 03.11.1942.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Karl Loewenstein to James Putnam*. Box 29, Folder 12, 15.12.1942.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Karl Loewenstein to Franz J. Horsch*. Box 29, Folder 05, 1943.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Mary King to Karl Loewenstein*. Box 29, Folder 05, 10.02.1943.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Walter Winchell to Karl Loewenstein*. Box 29, Folder 13, 24.02.1943.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Edward Tomlinson to Karl Loewenstein*. Box 29, Folder 12, 04.05.1943.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Karl Loewenstein to Frank Tannenbaum*. Box 29, Folder 13, 11.09.1943.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from J. H. Meirelles Teixeira to Karl Loewenstein*. Box 29, Folder 13, 27.06.1944.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Hannah Arendt to Karl Loewenstein*. Box 60, Folder 11, 21.06.1971.
- The Karl Loewenstein Papers. *Hitler's Germany – reviews and promotional material*. Box 16, Folder 22, 1939-1941.
- The Karl Loewenstein Papers. *Typewritten note*. Box 32, Folder 32, 1941.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Hubert Herring to Karl Loewenstein*. Box 29, Folder 13, 08.01.1944.
- The Karl Loewenstein Papers. *Letter from Karl Loewenstein to Manoel Pio Correa Jr.* Box 31, Folder 18, 09.07.1945.
- The Karl Loewenstein Papers. *Curriculum*. Box 32, Folder 34, 1955.

Data de Recebimento: 1/10/2021

Data de Aprovação: 23/10/2021